

A Revolução Indesejada.

Conflito Distributivo e Mercado de Trabalho

Luiz Carlos Bresser Pereira

Resenha de José Márcio Camargo e Carlos Alberto Ramos, *A Revolução Indesejada: Conflito Distributivo e Mercado de Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

Este é um dos melhores livros publicados sobre a teoria da inflação inercial e o Plano Cruzado. Revela por parte dos autores um pleno conhecimento da teoria neo-estruturalista da inflação inercial, que em nenhum momento é confundida com a cooptação da mesma realizada por economistas monetaristas e das expectativas racionais, a partir do conceito de "expectativas inerciais".

O primeiro capítulo é um sumário da teoria da inflação inercial. As elevadas e crescentes taxas de inflação vigentes no Brasil a partir de 1974 intensificou o processo de indexação formal e informal da economia, que escamoteia a luta distributiva, e enrijece o patamar de inflação já atingido.

Os autores definem com clareza o papel do conflito distributivo no processo inflacionário. É no conflito distributivo que está a origem da indexação e da aceleração da inflação. Se todos os grupos estiverem satisfeitos com sua participação na renda, a inflação tenderá a permanecer estável em função da mera indexação. O conflito distributivo expressa-se apenas na defasagem dos aumentos indexados de preços. Os fatores mantenedores da inflação são dominantes. Entretanto, se houver pressões por parte de determinados grupos por maior participação da renda, os choques exógenos de preços assumirão o caráter de fatores

aceleradores da inflação. Outra forma de acelerar a inflação será através da redução dos períodos entre reajustes nominais de renda.

No Brasil, a partir de 1980, quando começa o processo de ajuste da economia, ocorre um processo de redução do período de reajuste dos salários, que acelera o processo inflacionário sem implicar em ganhos reais para os trabalhadores. Na verdade, observam os autores, "devido ao poder político dos diferentes grupos sociais, à estrutura institucional e aos mecanismos de indexação daí decorrentes, uma grande parte dos custos dos ajustes aos choques exógenos até 1986 (o livro foi escrito em 1987) recaiu sobre os trabalhadores, sob forma de aumento da taxa de inflação e de redução dos salários reais, e sobre os setores mais competitivos da economia" (p.15).

A partir de 1984, a relativa obtenção de um ajuste externo (na verdade, a obtenção de amplos superávits comerciais, que não devem ser confundidos com ajustes externos), e a informação dada pelo governo de que o ajuste fiscal havia se completado leva os economistas brasileiros à convicção de que a inflação brasileira havia se tornado puramente inercial. O Plano Cruzado, em 1986, é o resultado dessa convicção.

O Plano Cruzado, além das inovações no plano econômico, parte de uma premissa inovadora no plano do mecanismo de mediação dos conflitos: os trabalhadores e os setores mais competitivos da economia não devem perder. Até então haviam sido eles os que assimilavam a maior parte dos custos do ajuste externo. Com o Cruzado tenta-se inverter essa relação. Os salários são aumentados em 8 por cento em termos reais no dia do congelamento. Uma escala móvel de salários é estabelecida. A taxa de câmbio atrasa-se, aumentando os salários reais. Enquanto os preços estão congelados, os salários continuam livres. Como as empresas oligopolistas eram aquelas cujos preços eram mais facilmente controláveis pelo congelamento, recaiu sobre elas o ônus da estabilização. Os setores competitivos e os trabalhadores aumentavam com muito maior liberdade seus preços. Dado o aumento da demanda, tanto os preços competitivos quanto os salários aumentavam. Paul Singer foi quem primeiro observou esse fenômeno (*Folha de S. Paulo*, 31 de julho e 2 de outubro de 1986). Mas saudou-o com alegria, enquanto os autores deste livro perceberam com clareza que, ao realizar aquela inversão, o Plano Cruzado decretava o seu fracasso. Conforme observam eles,

"uma inversão de posições só seria viável se fosse respaldada por um grande consenso (ou pacto) social e/ou uma drástica mudança institucional no país" (p.30-31).

Duas alternativas poderiam ter levado o Plano Cruzado ao êxito. Uma delas teria sido anular aquela inversão. Seria "adotar uma política monetária fortemente restritiva, com elevadas taxas de juros nominais, abolir a escala móvel dos salários e, quando os mercados estivessem menos aquecidos, realinhar os preços relativos, acabando com o congelamento dos preços e da taxa de câmbio" (p.73-74). O segundo caminho seria aprofundar as mudanças sociais necessárias para viabilizar o programa. Os autores, entretanto, reconhecem a dificuldade senão a pura e "a quase impossibilidade de seguir esse caminho, no momento da implementação do programa. Na verdade, este sempre foi visto como uma intervenção única e exclusivamente voltada para reduzir a taxa de inflação sem causar recessão" (p.75).